

A LITERATURA SOBRE CAPACIDADES ESTADUAIS PARA IMPLEMENTAR POLÍTICAS ESPECÍFICAS: TEORIA E VARIÁVEIS TERRITORIAIS NOS ESTUDOS SOBRE OS ESTADOS BRASILEIROS

Helen Giovanna Araújo Gomes, Samira Kauchakje, Yasmin Sol Vieira Silvério, Leonidas Silva
Georgoula, Patrícia Sene de Almeida .

¹ Vinculado ao projeto “Abordagem territorial em estudos sobre capacidades estatais e governamentais”

² Acadêmico (a) do Curso de Administração Pública – CESFI – Bolsista PIBIC/CNPq

³ Orientador, Departamento de Governança Pública – CESFI – s.kauchakje@udesc.br

⁴ Supervisora, Doutoranda no Departamento de Ciência Política – UFPR

A pesquisa buscou entender a literatura sobre capacidades estaduais na implementação de políticas específicas nos estados brasileiros. Capacidades para implementar políticas correspondem a como um Estado pode ser eficaz na implementação de políticas e o que o governo precisa fazer para conseguir isso. Diferentes partes do governo e distintos acontecimentos influenciam na forma como as políticas são feitas, e são relacionadas à definição das capacidades estatais e governamentais, bem como à identificação dos níveis de governo e das variáveis territoriais pertinentes. O objetivo geral foi compreender as concepções teóricas fundamentais e identificar as variáveis territoriais relevantes sobre capacidades que moldam a implementação de políticas.

O método adotado foi a revisão sistemática da literatura (RSL) e a bibliometria, uma abordagem que visa identificar, selecionar, analisar e sintetizar evidências relevantes disponíveis em textos acadêmicos sobre as capacidades estaduais. Para realizar a revisão sistemática, foram utilizadas as bases de dados Scopus, Scielo e Web of Science como fontes de artigos acadêmicos. Essas bases foram escolhidas por serem reconhecidas por conterem uma ampla gama de periódicos relevantes em diversas áreas do conhecimento. No caso desta pesquisa, concentramo-nos nas áreas de Administração, Ciência Política e Economia. Os textos foram analisados e tiveram extraídas as seguintes informações: As dimensões, seus indicadores e variáveis, e os níveis de governo.

Os resultados obtidos indicaram uma compreensão sólida das capacidades estatais, enfatizando sua habilidade de implementar políticas. As dimensões mais citadas no texto foram a fiscal, a institucional e a política. As definições foram convergentes em entender as capacidades como a aptidão do Estado para exercer funções administrativas, burocráticas e políticas, enquanto a capacidade fiscal se destaca na habilidade de arrecadar recursos para sustentar tais atividades. Porém, as capacidades governamentais demonstraram-se menos exploradas na literatura analisada. A diferença teórica entre capacidades estatais e governamentais foi abordada, assim como os níveis de governo explorados nos estudos, que variaram entre níveis locais, regionais, nacionais e internacionais. Os países mais citados nos textos são o Brasil, os Estados Unidos e países da Europa (Quadro 2), refletindo uma abordagem global na análise das capacidades estatais e governamentais. A teoria sobre capacidade apareceu dividida entre abordagens institucionais que enfocam as estruturas organizacionais e normativas, e abordagens políticas que destacam o papel das coalizões e processos de tomada de decisão. As variáveis emergiram como cruciais, incluindo as dimensões relacional, estatal, fiscal, burocrática, política e institucional. A variável fiscal, que corresponde à capacidade de arrecadação de recursos financeiros para sustentar as operações governamentais, foi a mais utilizada para medir capacidade nos textos analisados (Gráfico 1). A relevância científica reside na contribuição que oferece para o aprimoramento das capacidades estatais e

governamentais, além de ideias valiosas sobre as variáveis territoriais que moldam a implementação de políticas. Teorias proeminentes, como a Teoria da Capacidade Estatal e a Abordagem Institucional, foram amplamente mencionadas como quadros conceituais para entender a dinâmica das capacidades estatais e governamentais.

O estudo pode impactar positivamente a sociedade ao oferecer subsídios para melhorar a prestação de serviços públicos, fornecendo uma base para políticas informadas e eficazes. A compreensão das capacidades estaduais e das variáveis territoriais pode levar a práticas de implementação de políticas mais eficientes. Assim, o estudo não apenas expande o conhecimento acadêmico, mas também promove melhorias tangíveis nas práticas governamentais.

Quadro 1. Variáveis e indicadores

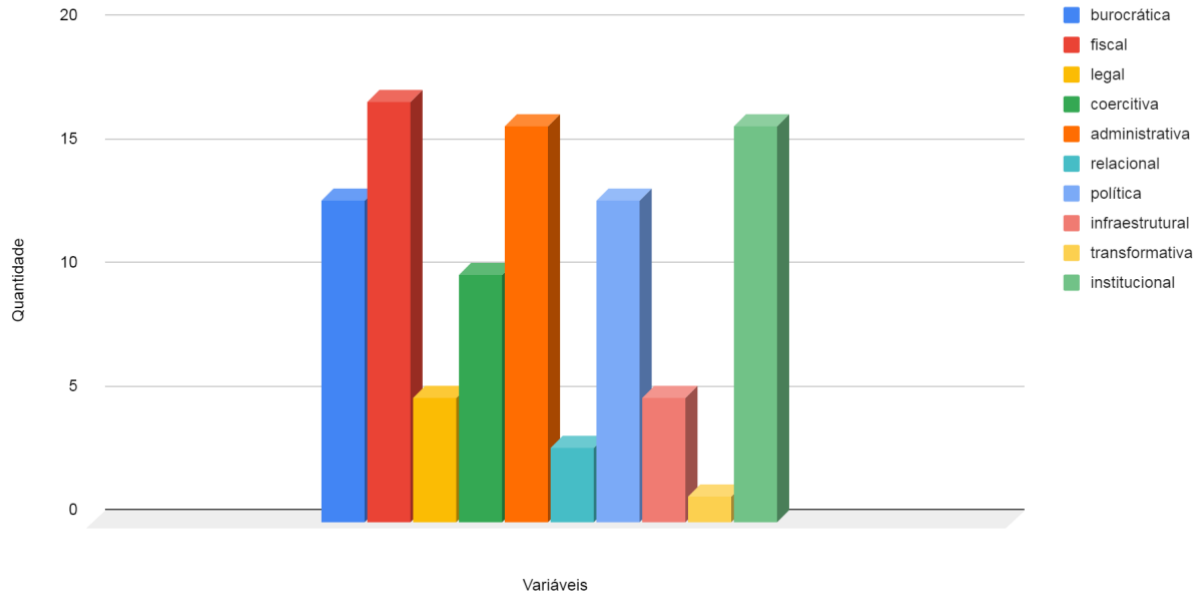
BAD_cap (capacidade burocrática-administrativa)	R_BAD - Referência (autores e títulos dos textos usados para definir esta dimensão)	VD ou VI (AD_cap é variável dependente ou variável independente?)	V_BAD variáveis utilizadas para medir	ID_BAD_cap (houve a construção de índices ou indicadores) Nome do ID e/ou seus elementos	F_ID_BAD_cap (fórmula, pesos, modo de calcular o ID)	Fontes utilizadas para os obter os dados sobre BAD_Cap
Associado à competência da burocracia estatal em traçar, implementar e coordenar estratégias em diferentes níveis de governo/ envolve a habilidade de implementação das políticas públicas. Para tanto, seria necessária uma burocracia profissional dotada de recursos e de instrumentos necessários.	GOMIDE, A. de A. Capacidades estatais para políticas públicas em países emergentes: (des)vantagens comparativas do Brasil. In: GOMIDE, A. A., BOSCHI, R. R. (orgs.), Capacidades Estatais em Países Emergentes: o Brasil em perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016.	VI	Índice de Estratégia de Nomeação: um indicador composto que mede se os critérios para nomeações executivas são partidários ou baseados em competências. Além disso, a capacidade estatal é aproximada pelo número de reformas administrativas / Nível weberiano do Estado: medindo recrutamento meritocrático, arranjos salariais e carreiras.	Recrutamento: proporção de servidores com contrato temporário (IR1) e proporção de servidores requisitados (IR2); • Formação: proporção de servidores concursados generalistas (IF1) e proporção de servidores concursados especialistas (IF2); • Promoção interna: ocupação de cargos comissionados por servidores de carreira (IP1); • Accountability: proporção de servidores demitidos por processos administrativos (IA1).	$IQB = (1 - IR1) \times p1 + (1 - IR2) \times p2 + IF1 \times p3 + IF2 \times p4 + IP1 \times p5 + (1 - IA1) \times p6$, em que p representa os pesos de cada indicador (SOUZA, 2016, p. 72).	(SOUZA, 2016, p. 72); Geddes (1994)- Elaboração da autora; Evans e Rauch (1999)- Elaboração dos autores.

Quadro 2. Níveis de Governo

Pq_T (pesquisa teórica) ou Pq_Emp (pesquisa empírica)	Tipo de pesquisa			Nível de Governo		
	Método QL (qualitativo) ou QT (quantitativo)	método de coleta de dados	método de análise	U - União - Estado - País	SC - Estados - subcentral Subnacional	CI - Cidades - Municípios
pesquisa teórico	Qualitativa	literatura internacional	análise de conteúdo, análise descritiva	Estados Unidos, Europa	NA	Fukuyama
pesquisa teórico	Quantitativa	Literatura Nacional/internacional, pesquisas empíricas, questionário e índice de IQB	análise quantitativa e análise de conteúdo	Brasil e Argentina	NA	NA

Gráfico 1. *Variáveis das dimensões*

Quantidade versus Variáveis



Palavras-chave: Capacidades estatais. Capacidades governamentais. Variáveis territoriais.